

# Ausência de apoio popular põe em risco ações humanitárias

*O movimento terá de influenciar as pessoas nos shoppings e igrejas, como faz lobby no Congresso*

**N**OVA YORK – Os direitos humanos são uma das principais idéias que surgiram do século 20. Mas essa idéia ainda não se tornou parte da estrutura da democracia americana. Até agora, se conseguiu alguma força, esta não se originou de uma evolução no sentimento popular, como, por exemplo, no caso dos direitos civis ou do meio ambiente, mas da imprensa e da elite política.

Mas, numa época em que violações grosseiras dos direitos humanos exigem força militar ou, pelo menos, a ameaça dessa força – um poder que freqüentemente somente os EUA podem fornecer –, as vantagens dessa estratégia de elite estão rapidamente desaparecendo. Kosovo é um caso típico: a guerra pode ter sido travada com base em razões de direitos humanos, mas foi feita por pilotos voando a 5 mil metros. Isso porque o governo Clinton estava consciente de que não existia apoio generalizado no caso de baixas de soldados americanos em defesa dos ideais de direitos humanos.

Hoje, os defensores dos direitos humanos exercem grande influência em Washington enquanto podem trabalhar numa questão à qual o público não dá muita atenção. Mas quando há riscos envolvidos – e os membros do Congresso estão sofrendo pressões por parte de seus eleitores – tornam-se evidentes as fraquezas desse enfoque que prescinde do público. O genocídio de Ruanda foi o exemplo mais trágico. Anthony Lake, então assessor de segurança nacional, teria dito a um representante do HRW – que o pressionava em favor de uma ação dos EUA – que seu pedido de intervenção não teria sucesso enquanto não ocorresse uma grande onda de protestos. Mas o movimento não tinha condições de mobilizar o povo.

O mesmo vale para a China. Jamais haverá sanções comerciais conjuntas enquanto os líderes americanos e europeus não souberem que sua omissão os prejudicará na época das eleições (ou os deixará sem dinheiro para a campanha). Nenhuma pressão impedirá que ponham a economia antes dos direitos humanos.

Os ativistas dos direitos humanos falam às vezes de seu movimento como um emblema da democracia popular. É possível, porém, encará-lo como um grupo de pressão não democrático, que exerce enorme poder e influência, sem precisar dar satisfação a ninguém, a não ser aos próprios membros e aos seus doadores. Por exemplo: teria havido guerra em Kosovo sem um movimento de direitos humanos? Apoiei a guerra em Kosovo, por isso aplaudo o resultado. Mas, como democrata, estou preocupado. Foi uma decisão moral, só que chegamos a ela de maneira não democrática.

Como não houve baixas americanas em combate em Kosovo, a questão do apoio popular nunca surgiu. Mas, com muita probabilidade, futuras crises de direitos humanos não serão tão isentas de custo como a de Kosovo: exigirão sacrifícios e imporão perdas. Será que as pessoas estarão dispostas a aceitar isso? Na minha opinião, somente se os ativistas demonstrarem mais disposição para engajar-se num ativismo político direto. O movimento deverá influenciar as pessoas nas igrejas e nos shoppings do Meio-Oeste com a mesma assiduidade com que faz lobby no Congresso.

Se não puder ou não se engajar dessa forma, então existe uma grande probabilidade de que o paradigma dos direitos humanos tenha efeito contraproducente, como aconteceu com a “ação afirmativa”. O paralelo é notável. A ação afirmativa também era bem intencionada. Mas atraiu a oposição popular, não porque fosse uma coisa má, de modo geral, mas porque entrou furtivamente, sem que se fizesse nenhum esforço para ganhar a aceitação do povo.

No momento, o movimento pelos direitos humanos parece enveredar pelo mesmo caminho. Se assim for, no fim encontrará o mesmo resultado. Seria uma grande perda. (D.R.)